

A MEMÓRIA COMO PRÁTICA E A EVOCAÇÃO COMO OFÍCIO

Carla Renata A. de Souza Gomes

Discurso de recepção aos novos membros pesquisadores do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, em 10 de agosto de 2017.

Ocupar este lugar para representar os colegas que receberam junto comigo o convite do IHGRS para ingressarmos como membros pesquisadores nesta instituição é uma grande honra e uma enorme responsabilidade.

Tentarei cumprir esta tarefa do melhor modo possível.

Segundo o preceito de Heródoto o meu ofício é tentar impedir que se apague da memória das gerações do presente as realizações de seus antepassados. O meu ofício, além de tentar não esquecer, é revolver a poeira do tempo, vasculhando com o olhar contemporâneo suas possibilidades de reinterpretação. Mas faz parte do meu ofício estar atenta as permanências e as rupturas nos modos de ser, de pensar e de produzir dos diversos grupos sociais em seus tempos e lugares.

Minha fala, portanto, buscando atender o princípio de lutar contra o esquecimento, mas atendendo também ao contingente da seletividade e das necessidades de meu tempo, parte fundamentalmente de três lugares socioculturais que me constituem, são parte das múltiplas identidades que vamos assumindo conforme nos inserimos e atuamos no mundo.

Como mulher devo lembrar que este lugar em que me encontro é resultado de uma longa luta travada por muitas outras mulheres que me precederam e conseguiram romper os limites impostos pelos restritos espaços de atuação a elas destinados. Muitas contribuíram voluntária ou involuntariamente para que eu estivesse aqui hoje a falar também por elas.

Como historiadora meu dever é destacar também a trajetória e o papel político das dezenas de outras historiadoras que construíram para a minha geração as oportunidades de inserção que temos. Não são tantas e, talvez, em perspectiva, sejam ainda poucas mas foram certamente fundamentais e imprescindíveis na construção deste lugar de fala.

Como museóloga me situo como trabalhadora de um setor mais do que pouco valorizado em nosso estado, atualmente, sob forte impacto de políticas de desmantelamento e desestruturação pela ausência de discussões profundas que busquem soluções para sua manutenção e sobrevivência.

E também como pesquisadora da cultura e da identidade regional,

lastimo profundamente o estado lamentável de nossas instituições de pesquisa, assim como me posiciono como defensora da valorização de nossa diversidade cultural ainda **tão** soterrada por um discurso midiático homogeneizante e fantasioso, construtor de versões mitificadoras que perpetuam o protagonismo de certos personagens em detrimento da pluralidade de agentes que atuaram em nosso cenário histórico.

De todo modo, como estamos aqui hoje numa das mais antigas instituições a zelar pela história, a memória e o patrimônio cultural dos rio-grandenses, e estando atenta às permanências e rupturas, nos modos de ser, pensar e produzir, devo na minha fala como pesquisadora da escrita da História no Rio Grande do Sul, evocar o trabalho inicial de constituição do lugar que permitiu a configuração desta instituição, pelos primeiros homens e pelas primeiras mulheres que contribuíram com seu esforço e dedicação para que esta tarefa se cumprisse.

Quando o primeiro Instituto Histórico e Geográfico foi proposto, corria o ano de 1855. Dez anos após o término da guerra civil farroupilha. O Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro foi o primeiro a ser proposto fora da corte.

Ato de acento político, demarcar a escrita da história e narrar o passado dos rio-grandenses por eles mesmos, tal era a **pretensão** dos antepassados que se dedicaram a pensar uma escrita de nossa história.

Se estamos aqui reunidos hoje, numa das Instituições responsáveis pela escrita autorizada da História, por sua legitimação política e social e por sua divulgação, é porque compartilhamos um conjunto de práticas que deram origem ao monumento que quiseram erguer aqueles antepassados.

A atitude de criar um Instituto Histórico que congregasse as pessoas dispostas a narrar os modos de ser, de pensar e de produzir dos rio-grandenses em seus amplos aspectos, é o que marca o início do caminho que continuamos a trilhar. Este Instituto e seu propósito insere-se no movimento de reivindicação de uma escrita da história que é tributária daquele Instituto que, criado a 26 de fevereiro de 1860, estaria com 157 anos, eis a permanência e a persistência.

Dois periódicos marcam este percurso: uma delas é a primeira revista literária da Província “O Guayba”, que ontem completou 161 anos, circulou em Porto Alegre de 09/08/1856 a 12/1858 e a outra é a Revista do Instituto Histórico Geográfico da Província de São Pedro que publicou 07 números entre 1860 e 1863. Os 97 anos que o nosso atual IHGRS completa hoje é tributário das **produções** destes letrados.

Se há 157 anos, naquela fundação, não se encontravam mulheres entre os membros que a integravam, nem no início dos 97 anos da funda-

ção de nosso atual Instituto, hoje, além da presença da Prof^a Hilda Flores na diretoria administrativa, outras historiadoras figuram neste quadro como membros efetivos: Loiva Otero Felix, Marcia Eckert Miranda, Margaret Marchiori Bakos, Maria Elizabeth Lucas e Vera Lucia Maciel Barroso e como Membros pesquisadores: Anelda Pereira de Oliveira, Luciana Gransotto e Nádia Maria Weber Santos.

A presença neste espaço, hoje das colegas pesquisadoras Ana Carolina Gelmini de Faria, Ana Celina da Silva e Marлизe Maria Giovanaz, estas últimas como eu, atuando duplamente na museologia demarcam as transformações e as atualizações que nosso tempo tem sinalizado. Além disso, o acervo digitalizado das obras completas da Prof^a Sandra Pesavento, hospedado no site do Instituto Histórico é exemplar da grande produtividade historiográfica das historiadoras rio-grandenses, eis as significativas rupturas.

Michel de Certeau, ensina que “em história, tudo começa com o gesto de selecionar, de reunir, e dessa forma, transformar em “documentos” determinados objetos distribuídos de outra forma. Esta nova repartição cultural é o primeiro trabalho.”

Este é o trabalho que forma a “coleção” e o tratamento diferenciado e complementar da coleção é o que une Historiadores e Museólogos ao construírem um percurso narrativo produzido por suas escolhas e pelos posicionamentos que irão configurar um espaço de sentido e significados encadeados que tem o propósito de servir de guia da memória de certo tempo para outras épocas, transformando a miríade de informações produzidas num itinerário de lembranças de um tempo passado para outro tempo.

A conversão que operam Historiadores e Museólogos ao transformarem artefatos ou signos do mundo vivido em objetos-documentos que representam existências individuais ou experiências coletivas em determinado tempo e espaço faz parte de uma operação que pode ser qualificada como “gesto historiador” ou “gesto museológico” a depender do suporte de veiculação desta construção.

Já que ambos retiram um artefato ou documento de seu mundo e o recolocam ou rerepresentam em outro ambiente, destacando-o de sua paisagem e recriando sob novo encadeamento narrativo ou interpretação a sua significação.

Para historiadores e para museólogos, indivíduos, espaços e práticas constituem a base de articulação dos principais procedimentos destes profissionais, e os discursos e as representações são a base conceitual que constroem os significados e efetuam a mediação entre o sujeito e o patrimônio cultural que o envolve.

Assim como a História ou a Medicina ou o Direito, a Museologia deriva de uma prática. A História ou escrita da história provém da necessidade de registrar os acontecimentos da vida humana no tempo. A medicina deriva da arte de buscar manter a vida, da prática de buscar a cura dos males do corpo humano. O Direito surge da necessidade de regulamentar a vida em sociedade, da prática de gerir ou normatizar os comportamentos humanos.

A Museologia deriva da prática de selecionar e conservar os artefatos que constituem o mundo material humano, os vestígios concretos do trabalho humano sobre a natureza, e do impulso antropológico de classificar para conhecer. Suas práticas convertem coisas em símbolos, convertem o fazer mundano em herança cultural representativa da vida de indivíduos ou grupos humanos através do tempo.

A Museologia se diferencia da Antropologia Cultural, porque esta se detém a analisar as relações e os vestígios materiais que constituem os modos de existência dos grupos humanos, enquanto aquela, além de conservar e organizar os vestígios selecionados, representa e apresenta por meio de uma narrativa específica, certos aspectos da vida. A Museologia se diferencia da arqueologia, basicamente, pelo trabalho de campo explorativo específico desta área do conhecimento. A Museologia se distingue da Sociologia pela abrangência da análise que esta desenvolve, entretanto utiliza-se das abordagens conceituais para empreender e articular as diversas representações simbólicas do mundo humano. A Museologia se distingue da História, basicamente, pelo modo de apresentação de sua narrativa, sintética, concreta, temporária e vinculada a um espaço físico.

A Museologia é enfim um território de convívio, confluências e inter-relações de vários campos do conhecimento, sem, entretanto, confundir-se com eles.

O Instituto Histórico possui um vasto acervo documental composto por livros, periódicos, documentos oficiais e também objetos que compõem e representam a memória das práticas deste lugar de produção da pesquisa da história do Rio Grande do Sul. Historiadores e Museólogos têm um grande trabalho a ser realizado diante deste monumental acervo.

Agradecida pela atenção

PESQUISADORES

Ana Carolina Gelmini de Faria (Mestre)

Possui graduação em Museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO. Especialização em Psicopedagogia Institucional e Educação Especial pela Universidade Veiga de Almeida, UVA/RJ, Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Áreas de Atuação: Museologia e museus; Patrimônio e memória; Práticas educativas em museus e Pesquisas de público sobre práticas museológicas.

Ana Celina Silva (Mestre)

Graduada em História e Museologia, com mestrado em Ciência Política pela UFRGS. Exerceu a vice-coordenação do GT Acervos - história, memória e patrimônio da ANPUH-RS entre 2012 e 2016. Doutoranda em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e professora assistente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul no curso de Museologia no Departamento de Ciências da Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação.

Carla Renata Antunes de Souza Gomes (Doutora)

Licenciada em História pela Universidade de Caxias do Sul (2002) e bacharel em Museologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2013). Mestrado (2006) e doutorado (2012) em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente é professora de ensino superior no curso de Conservação e Restauro do Centro Universitário da Serra Gaúcha (FSG). Desenvolve pesquisas na área de História Cultural, com ênfase em Identidade e Memória, atuando principalmente nos seguintes temas: Literatura Brasileira séc. XIX, História Regional SC e RS e História do Brasil e na área de Teoria e Historiografia sobre a escrita da História, práticas letradas, circulação e configuração de redes editoriais em periódicos brasileiros do séc. XIX. Na área de Museologia, desenvolve pesquisas com ênfase em Gestão, Memória, Patrimônio e Cidadania, atuando principalmente nos seguintes temas: Gestão Cultural, Gestão Integrada, Documentação e Conservação de Acervos.

César André Luiz Beras (Doutor)

Possui graduação em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2000), Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2003), Doutorado em Sociologia

pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2008) e Pós Doutorado em Ciência Política na UFRGS (2016). Sua trajetória como professor inclui a própria UFRGS, tendo ministrado disciplinas como professor substituto do Departamento de Sociologia e, atualmente, é professor concursado com dedicação exclusiva pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia Política e Sociologia do Rock, atuando principalmente nos seguintes temas: orçamento participativo, políticas públicas, movimentos sociais e relações de poder. Experiência de assessoria e consultoria em planejamento estratégico do setor público e privado.

Éverton Quevedo (Doutor)

Possui graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal de Santa Maria, UFSM (2002), mestrado em História das Sociedades Ibéricas e Americanas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS (2004) e doutorado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS - Área de concentração Estudos Históricos Latino-Americanos (2016). Atuou de 2005 a 2017 como historiador do Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul (MUHM), ocupando os cargos de Vice-Diretor, Diretor e Diretor-Técnico. Desde junho 2012 é professor da CESUCA - Centro de Ensino Superior de Cachoeirinha. Historiador/ Pesquisador no Memória Unimed RS (a partir de janeiro de 2017). Coordenador da 1ª Região Museológica do SEM RS (2008-2010). Coordenador do GT Acervos - história, memória e patrimônio, da ANPUH-RS (2009 - 2016). Coordenador da Rede Sul-Riograndense de Memória da Saúde (2012 - 2016). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Regional do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: história da saúde pública/medicina - história da lepra/ hanseníase; história das instituições hospitalares; saneamento urbano; educação; educação e história; educação e museus, museus, acervos, patrimônio histórico-cultural.

Gabriel Santos Berute (Doutor)

Possui graduação em licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2003), mestrado e doutorado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2006/2011). Realizou estágio de doutoramento na Universidade Técnica de Lisboa/ISEG - Setor de História (2010). Realizou estágio de pós-doutoramento no Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, entre 2012 e 2015, com financiamento CNPq (PDJ-CNPq), CAPES e FAPERGS (DOC-FIX-CAPES/Fapergs). Tem experiência na área de História, com ênfase em

História do Brasil Colônia e Império, atuando principalmente nos seguintes temas: Tráfico de escravos, Escravidão, Comércio & Comerciantes, Imigração açoriana. Atualmente é professor na área de História do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS-Campus Viamão).

Jeferson Teles Martins (Doutor)

Doutor em História na área de estudos das Sociedades Ibéricas e Americanas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2015), com estágio de doutoramento na Freie Universität Berlin (FUB). Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2011). Licenciado em História pela Universidade Federal de Santa Maria (2009). Integra o Laboratório de História Comparada do Cone Sul. Áreas de interesse: História das elites, História dos intelectuais e historiografia rio-grandense.

Marlise Maria Giovanaz (Mestre)

A professora Marlise Giovanaz possui mestrado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1999). Atualmente é professora assistente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul no Departamento de Ciências da Informação e cursa Doutorado em Museologia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tem experiência nas áreas de História, Arquivologia, Museologia, com ênfase em História Regional do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: museologia, memória social, história da cidade, educação e patrimônio cultural.

Pedro Câncio da Silva (Professor)

Pedro Câncio da Silva nasceu em Uruguaiana, em 1937. Graduiu-se em Língua Portuguesa, Língua Espanhola e Grego, pela UFRGS, onde lecionou até sua aposentadoria, em 1997. Ainda em Porto Alegre, especializou-se em Teoria da Literatura, pela PUC-RS, e em Madri, na Espanha, especializou-se em Educação e Filologia de Língua Espanhola. Publicou *Correntezas* (Libretos, 2009) e *O grito e outras vozes: retratos de arrabalde* (Proa, 2011).

COLABORADORES

Bruno José Queiroz Ceretta

Advogado. Mestrando em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisa nos campos da Teoria do Estado e do Direito Constitucional. Em Ijuí foi Segundo-secretário do Núcleo de Coordenação do Conselho de Desenvolvimento; Vice-Diretor do Centro Cultural 25 de julho; Conselheiro Fiscal da Associação de Amigos do Museu Antropológico Diretor Pestana. É Segundo Tesoureiro da Federação dos Centros de Cultura Alemã do Brasil e vice-presidente do Círculo de Pesquisas Literárias (CIPEL).

Caio Lustosa

Natural de Caxias do Sul, é um advogado, escritor e político, conhecido principalmente pela sua participação ativa no movimento ambientalista.

Foi Procurador do Estado do Rio Grande do Sul na década de 1960, e a partir de 1971 participou da fundação e atividades da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN). Na mesma época se tornou presidente da Associação Nacional de Ação Indigenista (ANAI). Também engajou-se na defesa de presos políticos na época da ditadura militar, foi vereador de Porto Alegre entre 1983 e 1988, quando apresentou projetos ambientalistas pioneiros. Foi secretário do Meio Ambiente do município.

Entre as homenagens que recebeu, em 2008 seu papel como um dos pioneiros do ambientalismo estadual foi lembrado no momento da fundação do Movimento Gaúcho em Defesa do Meio Ambiente na Assembleia Legislativa, em 2011 foi um dos personagens centrais de uma exposição do Memorial da Câmara Municipal de Porto Alegre que recordou a história do movimento no Rio Grande do Sul, e em 2013 foi homenageado pela direção do Parque Estadual de Itapuã pelo seu envolvimento nas lutas pela sua estruturação e conservação. Publicou os livros *Patrimônio histórico, cultural e natural do município de Porto Alegre* (1987) e *A luta ambiental e cidadania: da Borregaard e outros episódios* (2011, com Eva Benites).